



vidatop+ SAÚDE

RELATÓRIO ADMINISTRATIVO 2025

(14) 2106-8686

juliana@vidatop.com.br

www.vidatop.com.br

Em conformidade com as disposições estatutárias, legais e regulatórias aplicáveis ao setor de saúde suplementar, a Vida Top Mais Saúde – Operadora de Planos de Saúde Ltda. apresenta informações institucionais relativas ao exercício de 2025, com o objetivo de dar transparência às suas diretrizes de atuação, ao seu posicionamento estratégico e às práticas adotadas na condução de suas operações.

O presente material tem caráter institucional e informativo, refletindo a continuidade das políticas de governança, gestão e conformidade regulatória, bem como os aprimoramentos implementados ao longo do período, em observância às normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e demais órgãos competentes.

Apresentação

Este documento tem por finalidade apresentar, de forma clara, objetiva e acessível, um panorama institucional da Vida Top Mais Saúde, contemplando aspectos operacionais, estratégicos e de gestão relevantes ao exercício de 2025.

A divulgação dessas informações reforça o compromisso da operadora com a transparência, a boa governança corporativa e o alinhamento com beneficiários, prestadores, parceiros institucionais e órgãos reguladores, em especial a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Contexto Operacional

A Vida Top Mais Saúde atua como operadora de planos privados de assistência à saúde, com foco em mercados regionais e na oferta de produtos voltados a grupos específicos, observando rigorosamente as disposições da Lei nº 9.656/98 e demais normativos aplicáveis ao setor de saúde suplementar.

No exercício de 2025, a operadora manteve sua estratégia de atuação regionalizada, buscando maior proximidade com beneficiários e contratantes, bem como o fortalecimento da rede de prestadores credenciados e referenciados. Essa abordagem contribui para uma gestão mais eficiente do cuidado, para o controle assistencial e para a sustentabilidade econômico-financeira das operações.

Cenário Setorial e Regulatório

O setor de saúde suplementar permanece inserido em um ambiente desafiador, marcado por elevação dos custos médico-hospitalares, atualizações regulatórias frequentes e crescente exigência por qualidade, eficiência e acesso aos serviços de saúde.

No exercício de 2025, tais fatores reforçaram a necessidade de aprimoramento contínuo dos processos de gestão assistencial, administrativa e financeira, bem como do fortalecimento dos mecanismos de controle, monitoramento e conformidade regulatória, em consonância com as diretrizes da ANS.

Nesse contexto, a Vida Top Mais Saúde adotou medidas voltadas à racionalização de recursos, à melhoria de processos internos e ao fortalecimento do relacionamento institucional com beneficiários, prestadores e parceiros, preservando o equilíbrio econômico-financeiro e a qualidade assistencial.

Gestão Estratégica, Assistencial e Operacional

A atuação da Vida Top Mais Saúde é sustentada por um modelo de gestão que prioriza o cuidado coordenado, a padronização de processos e a utilização de ferramentas de apoio à gestão e à automação de fluxos operacionais, com vistas à eficiência, previsibilidade e segurança assistencial.

Ao longo de 2025, a operadora manteve investimentos na revisão e aprimoramento de procedimentos administrativos, financeiros e assistenciais, com foco na redução de retrabalho, no fortalecimento dos controles internos e na melhoria contínua da experiência dos beneficiários.

A estratégia comercial permaneceu alinhada ao planejamento estratégico institucional, observando critérios de sustentabilidade, equilíbrio atuarial e responsabilidade na expansão da carteira, em consonância com as normas regulatórias vigentes.

No que se refere à relação com prestadores de serviços, a operadora deu continuidade aos processos de revisão e renegociação de tabelas de remuneração, especialmente em procedimentos de maior complexidade, buscando compatibilizar a qualidade da assistência prestada com o controle da sinistralidade e a sustentabilidade do plano.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da Vida Top Mais Saúde com a manutenção da viabilidade do negócio no longo prazo, com a observância das normas regulatórias e com a oferta de serviços de saúde de forma contínua, eficiente e alinhada às melhores práticas do setor de saúde suplementar.

Enidelcio de Jesus Sartori

Diretor

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 dezembro de 2025 e de 2024

Sumário

Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	26

Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Passivo			
Circulante		19.831.006	20.689.825	Circulante		4.323.216	3.972.420
Disponível		1.541.573	1.337.356	10 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		3.900.122	3.503.711
Realizável		18.289.433	19.352.469	Provisão de prêmio/ contraprestação não ganhas - PPCNG		65.289	63.991
Aplicações Financeiras	5	15.340.734	17.123.748	Provisão de Insuficiência de Prêmios		-	398.710
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		4.525.410	4.031.783	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		139.644	42.195
Aplicações Livres		10.815.324	13.091.965	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais		1.728.549	1.468.690
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	1.309.344	1.244.038	Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados - PEONA		1.966.640	1.530.125
Contraprestações pecuniárias a receber		1.118.572	1.120.863	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	11	150.036	136.473
Participação Benef. Eventos e Sinistros Indenizáveis		190.772	123.175	Débitos Diversos	12	273.058	332.236
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora		30.810	150	Patrimônio líquido	14	19.184.730	17.101.102
Créditos Tributários e Previdenciários		1.456.983	829.231	Capital social integralizado		17.700.000	17.700.000
Bens e títulos a receber		124.901	107.585	Lucros (prejuízos) acumulados		1.484.730	(598.898)
Despesas Antecipadas		26.661	47.717				
Não circulante		3.676.940	383.697				
Realizável a longo prazo		117.644	104.892				
Aplicações Livres		117.644	104.892				
Investimentos		3.404.890	240				
Participações Societárias pelo Método de Custo		28.935	240				
Outros investimentos	7	3.375.955	-				
Imobilizado	8	38.284	55.090				
Imobilizado de Uso Próprio		38.284	55.090				
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		38.284	55.090				
Intangível	9	116.122	223.475				
Total do ativo		23.507.946	21.073.522	Total do passivo e do patrimônio líquido		23.507.946	21.073.522

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

	Nota	2025	2024
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		21.483.368	17.613.790
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		21.833.889	17.828.903
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		21.435.178	18.227.613
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		398.711	(398.710)
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(350.521)	(215.113)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	15	(17.004.514)	(16.036.737)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(16.567.998)	(15.094.667)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(436.516)	(942.070)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		4.478.854	1.577.053
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		25.646	28.467
Receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		28.964	-
Outros ingressos/ receitas operacionais		28.964	-
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(84.754)	(57.428)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(16.980)	(26.902)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(67.774)	(30.526)
Resultado bruto		4.448.710	1.548.092
Despesas de Comercialização		(489.322)	(436.649)
Despesas Administrativas	16	(3.513.244)	(3.003.866)
Resultado Financeiro Líquido	17	2.137.373	1.318.097
Receitas Financeiras		2.154.269	1.333.082
Despesas Financeiras		(16.896)	(14.985)
Resultado patrimonial		146.482	-
Receitas patrimoniais		263.620	-
Despesas patrimoniais		(117.138)	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e participações		2.729.999	(574.326)
Imposto de Renda		(467.757)	(20.658)
Contribuição Social		(178.614)	(8.306)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		2.083.628	(603.290)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	<u>2.083.628</u>	<u>(603.290)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>2.083.628</u></u>	<u><u>(603.290)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	3.800.000	1.600.000	4.392	5.404.392
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.300.000	(1.600.000)	-	700.000
Integralização de capital	11.600.000	-	-	11.600.000
Prejuízo do exercício	-	-	(603.290)	(603.290)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	17.700.000	-	(598.898)	17.101.102
Lucro líquido do exercício	-	-	2.083.628	2.083.628
Saldos em 31 de dezembro de 2025	17.700.000	-	1.484.730	19.184.730

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de Planos Saúde	23.193.988	19.277.133
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	5.861.305	865.205
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	3.176	2.783
(+) Outros Recebimentos Operacionais	9	513
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(18.423.473)	(15.854.992)
(-) Pagamento de Comissões	(461.490)	(375.398)
(-) Pagamento de Pessoal	(257.324)	(268.854)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(516.927)	(340.766)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(1.176.611)	(1.043.977)
(-) Pagamento de Tributos	(1.853.943)	(1.103.554)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(13.935)	-
(-) Pagamento de Aluguel	(18.907)	(16.710)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(154.358)	(128.625)
(-) Aplicações Financeiras	(2.157.871)	(14.358.139)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(718.785)	(586.202)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	<u>3.304.854</u>	<u>(13.931.583)</u>
Atividades de investimentos		
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	214.378	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(3.493.335)	(1.541)
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	(240)	699.760
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	<u>(3.279.197)</u>	<u>698.219</u>
Atividades de financiamento		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro		11.600.000
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	193.037	2.206
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(14.477)	(13.130)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	<u>178.560</u>	<u>11.589.076</u>
Variação líquida do caixa	<u>204.217</u>	<u>(1.644.288)</u>
Caixa – Saldo Inicial	1.337.356	2.981.644
Caixa - Saldo Final	1.541.573	1.337.356
Variação líquida do caixa	<u>204.217</u>	<u>(1.644.288)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

1 Contexto operacional

A Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda., constituída em 9 de fevereiro de 2021 sob a forma de sociedade limitada para sociedade limitada unipessoal, tem sua sede instalada na cidade de Bauru, estado de São Paulo. Tem como objeto social a comercialização, em todo o território nacional, de planos de saúde privados, incluindo a prestação de serviços de gerenciamento, planejamento, organização e operação de planos privados de assistência à saúde, em atendimento ao disposto no art. 34 da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998.

Como operadora de planos de assistência à saúde, a Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda., encontra-se registrada na ANS, sob o nº 422835.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Empresa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

3 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº 528 de 29 de abril de 2022.

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Empresa em 30 de janeiro de 2026.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Empresa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Empresa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Empresa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde;
- **Nota explicativa nº 8** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 9** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível;
- **Nota explicativa nº 10** – Provisão para eventos ocorrido e não avisados – PEONA, PEONA SUS e Ressarcimento ao SUS.

e Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que institui a primeira fase de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil.

O novo modelo tributário está estruturado com base em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência subnacional, os quais substituirão gradualmente o PIS, a COFINS, o ICMS e o ISS. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos da legislação complementar aplicável.

A Reforma Tributária prevê um período de transição a partir de 2026, durante o qual os tributos atuais e os novos tributos coexistirão. A partir desse exercício, inicia-se a fase operacional experimental, com a implementação da CBS e do IBS mediante a aplicação de alíquotas teste de 0,90% para a CBS e 0,10% para o IBS, sem substituição imediata dos tributos vigentes.

Nesse contexto, as entidades passam a cumprir obrigações acessórias específicas, incluindo a escrituração segregada das operações, o destaque da CBS e do IBS nos documentos fiscais eletrônicos e o envio das informações aos sistemas fiscais competentes, com o objetivo de viabilizar testes operacionais, adequações sistêmicas e validação dos procedimentos de apuração e controle dos novos tributos.

Os efeitos e impactos da Reforma Tributária não estão refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não requerem ajustes de reconhecimento, mensuração ou divulgação, uma vez que os impactos financeiros e operacionais somente poderão ser adequadamente mensurados à medida que o processo de regulamentação infralegal seja concluído e a transição avance a partir de 2026. A Administração acompanha continuamente a evolução da regulamentação aplicável e avaliará tempestivamente os eventuais impactos contábeis e operacionais.

e.1 Novas normas, alterações e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia

e.1.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis vigentes a partir de 2025

As seguintes normas novas e alteradas não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

(i) CPC 02 / IAS 21 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversibilidade de moeda

As alterações ao CPC 02, em convergência com as emendas à IAS 21 (*Lack of Exchangeability*), estabelecem critérios para a identificação de situações de falta de conversibilidade de moeda, definindo quando uma entidade não consegue obter quantias significativas de moeda estrangeira para fins específicos dentro de um prazo razoável. A norma também disciplina a determinação da taxa de câmbio aplicável, inclusive mediante a utilização de taxas estimadas quando não houver taxa observável, além de reforçar os requisitos de divulgação relacionados aos impactos financeiros decorrentes da perda de conversibilidade.

(ii) OCPC 10 – Contabilização dos créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO)

A orientação técnica estabelece diretrizes para o reconhecimento, mensuração e divulgação desses ativos ambientais. A Companhia avaliou os requisitos da norma e concluiu que não houve impactos relevantes nas demonstrações financeiras do exercício.

e.1.2 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivadas

Determinadas normas contábeis foram emitidas e serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente as seguintes normas na preparação destas demonstrações financeiras:

(i) CBPS 01 / IFRS S1 e CBPS 02 / IFRS S2

As normas CBPS 01 e CBPS 02 (IFRS S1 e IFRS S2) estabelecem requisitos para a identificação, mensuração, gestão e divulgação de informações financeiras relacionadas a riscos e oportunidades de sustentabilidade, com ênfase nos riscos e oportunidades relacionados ao clima. As divulgações devem ser consistentes com a governança, estratégia, gestão de riscos e métricas adotadas pela entidade, bem como integradas às informações financeiras tradicionais. Essas normas entram em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026.

(ii) CPC 48 / IFRS 9 e IFRS 7 – Instrumentos financeiros

As alterações publicadas em 2024 tratam de ajustes nos critérios de reconhecimento, baixa, classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo a incorporação de contratos de eletricidade e sua elegibilidade para contabilidade de hedge, além do aprimoramento das divulgações relativas a instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes.

Essas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada com aplicação retrospectiva. A Administração da Companhia avaliou as alterações e concluiu que não possuem impacto sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(iii) CPC 51 / IFRS 18 – Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras

O CPC 51 (IFRS 18) introduz novos conceitos relacionados à estrutura e apresentação da Demonstração do Resultado, exigindo a classificação das receitas e despesas em três categorias: operacional, investimento e financiamento. A norma também reforça os requisitos de divulgação das medidas de desempenho definidas pela Administração (*Management Performance Measures – MPMs*) e estabelece critérios mais objetivos para a apresentação das despesas operacionais, que deverão ser divulgadas de forma consistente, por natureza ou por função. O CPC 51 (IFRS 18) entra em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027.

4 Políticas contábeis materiais

A Operadora aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário.

a Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a.1 Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação depende do modelo de negócio da Empresa para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

a.2 Passivos financeiros

A Empresa reconhece passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Empresa. Conforme determinação da ANS em grupo titulado “Disponível”.

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado. As aplicações resgatáveis acima de 1 ano, estão classificadas no não circulante, e,

Garantidoras de provisões técnicas: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a Resolução Normativa nº 521, de 29 de abril de 2022, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Empresa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e Investimento

Representados, substancialmente, por propriedades para investimentos inicialmente mensuradas ao custo, e posteriormente são avaliadas pelo valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos no resultado.

f Imobilizado

f.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

f.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

f.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f.4 CPC 06 R2 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 R2 (IFRS 16) por meio da RN 528, de 29 de abril de 2022, introduz um modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

Arrendamentos que representam isenções no reconhecimento

A Operadora aplica isenções de reconhecimento para o arrendamento de curto prazo e arrendamento para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor. Estes arrendamentos incluem essencialmente contratos de comodatos e de licenças de softwares. Para estes arrendamentos, as despesas de locação são reconhecidas de forma linear, quando incorridas.

g Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

h Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Empresa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

i Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir liquidez financeira e operacional das operadoras de planos de assistência à saúde, a saber:

i.1 Provisão de prêmio / contraprestação não ganha – PPCNG

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativo ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido.

i.2 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

i.3 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

i.4 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Conforme disposto na Resolução Normativa nº 569, de 19 de dezembro de 2022, a Operadora deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados.

i.5 Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - (PIC)

Em consonância a Resolução Normativa nº 574, de 28 de fevereiro de 2023, deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas referentes aos contratos vigentes, somadas à provisão de prêmios/contraprestações não ganhos (PPCNG), forem insuficientes para fazer frente às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde (OPS). De forma simplificada, quando o valor do prêmio/contraprestação for inferior ao tecnicamente necessário para custeio das despesas diretas da operação de planos.

j Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados

como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

k Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l Capital social

As cotas do capital são classificadas como patrimônio líquido.

m Apuração do resultado

As receitas, despesas e custos são registrados conforme o regime de competência dos exercícios.

n Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto, conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

o Reconhecimento de receita CPC 47 (IFRS 15)

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida. Substitui o IAS 18/CPC 30 – Receitas, IAS 11/CPC 17 – Contratos de Construção e IFRIC 13 – Programas de Fidelidade com o Cliente. A nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes, exceto contrato de aluguel (receitas de aluguel), instrumentos financeiros (juros) e contratos de seguros, para quais se aplicam normas específicas.

Introduzida pela Resolução Normativa nº 528, de 29 de abril de 2022, a aplicação do CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2022, a Operadora avaliou os impactos, e para atender o novo pronunciamento, a ANS modificou o plano de contas, modificando assim a contabilização da corresponsabilidade cedida, em que a operadora que presta o serviço à operadora de origem do beneficiário, passando a reconhecer a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas. Desta forma, no grupo de receitas consta apenas a taxa de administração cobrada.

p Lucro líquido por cota

O lucro líquido por quota é calculado dividindo-se o lucro pelo número de quotas nominativas em poder dos quotistas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	2025	2024
Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)		
Fundos de investimento XP ANS Multimercado	1.772.854	1.576.485
Fundos de investimento Sicredi - Soberano ANS	2.752.557	2.455.299
	4.525.411	4.031.784
Aplicações livres		
Títulos de renda fixa	10.815.323	13.091.964
	10.815.323	13.091.964
	15.340.734	17.123.748

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Empresa.

- (i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas são aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS de acordo com a Resolução Normativa nº 521, de 29 de abril de 2022.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2025	2024
Contraprestações pecuniárias		
Plano coletivo	1.130.703	1.123.519
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(12.131)	(2.656)
	1.118.572	1.120.863
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	195.012	123.426
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(4.240)	(251)
	190.772	123.175
	1.309.344	1.244.038

- (i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

7 Investimentos

Descrição	2025	2024
Participações societárias pelo método de custo		
Sicredi	28.935	240
Bens destinados à renda		
Edificações	3.375.955	-
	3.404.890	240

8 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Depreciação		2025	2024
		Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10%	5.563	(2.253)	3.310	3.866
Móveis e utensílios	10%	37.599	(14.965)	22.634	26.394
Computadores e periféricos	20%	62.452	(50.112)	12.340	24.830
		105.614	(67.330)	38.284	55.090

A Administração da Empresa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2025, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

b Movimentação do custo histórico

Descrição	1º/1/2024	Aquisição	31/12/2024	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	5.563	-	5.563	5.563
Móveis e utensílios	36.300	1.299	37.599	37.599
Computadores e periféricos	62.452	-	62.452	62.452
	104.315	1.299	105.614	105.614

c Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	1º/1/2024	Adição	31/12/2024	Adição	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	(1.141)	(556)	(1.697)	(556)	(2.253)
Móveis e utensílios	(7.545)	(3.660)	(11.205)	(3.760)	(14.965)
Computadores e periféricos	(25.132)	(12.490)	(37.622)	(12.490)	(50.112)
	(33.818)	(16.706)	(50.524)	(16.806)	(67.330)

9 Intangível

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de amortização	Custo	2025		2024	
			Amortização acumulada	Total	Total	Total
Software	20%	<u>536.767</u>	<u>(420.645)</u>	<u>116.122</u>	<u>223.475</u>	<u>223.475</u>

b Movimentação do intangível

Descrição	1º/1/2024	Adição	31/12/2024	Adição	31/12/2025
Custo histórico	536.767	-	536.767	-	536.767
(-) Amortização acumulada	(205.938)	(107.354)	(313.292)	(107.353)	(420.645)
	<u>330.829</u>	<u>(107.354)</u>	<u>223.475</u>	<u>(107.353)</u>	<u>116.122</u>

10 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2025	2024
Provisão para prêmio/ contraprestação não ganhas – PPCNG (i)		
Plano empresarial/coletivo	65.289	63.991
	<u>65.289</u>	<u>63.991</u>
Provisão de Insuficiência de Prêmios (ii)		
Provisão de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC)	-	398.710
	-	398.710
Provisão para eventos a liquidar para o SUS (iii)		
Provisão para eventos a liquidar para o SUS	139.644	42.195
	<u>139.644</u>	<u>42.195</u>
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iv)		
Rede credenciada	1.728.549	1.468.690
	<u>1.728.549</u>	<u>1.468.690</u>
Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA (v)		
Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA	1.966.640	1.530.125
	<u>1.966.640</u>	<u>1.530.125</u>
	<u>3.900.122</u>	<u>3.503.711</u>

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a RN nº 209/09 da ANS, e posteriores alterações, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 5. A Operadora possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

- (i) Provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas - PPCNG que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.
- (ii) A Provisão de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC) é constituída no passivo circulante conforme previsto na RN 574/2023, que se refere à insuficiência das contraprestações/prêmios a serem recebidas dos contratos vigentes, somadas à provisão de prêmios/contraprestações não ganhos (PPCNG), sobre as obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde (OPS). A Operadora efetua o teste mensal, conforme a regra básica e não apurou necessidade de provisionamento no exercício de 2025.
- (iii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: refere-se as cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde.
- (iv) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos credenciados efetuados para a Operadora em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.
- (v) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) registrada no Passivo Circulante, foi constituída com base na Resolução Normativa – RN nº 160/2007 e alterações posteriores da ANS. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Controladora por falta de avisos.

Adicionalmente as operadoras de planos de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela Resolução Normativa nº 569, de 19 de dezembro de 2022:

- Capital Base (CB): representa o valor do capital mínimo do Patrimônio Líquido, tomando como capital-base o valor de R\$ 12.328.082 para 31 de dezembro de 2025 (R\$ R\$ 11.701.894 em 2024), multiplicado pelo fator $K=18,06\%$ que equivale a R\$ 2.226.452 (R\$ 2.113.362 em 2024); e
- Patrimônio Líquido Ajustado (PLA): é apurado mensalmente a partir dos valores contabilizados como Patrimônio Líquido ou Social da operadora com os ajustes por efeitos econômicos. O exercício de 2025 encerrou com saldo apurado de R\$ 19.013.012 (R\$ 16.829.669 em 2024) e:

O Capital Baseado em Riscos (CBR) apresentada em 2025 foi de R\$ 3.626.771 (R\$ 3.389.285 em 2024) e o Patrimônio Líquido Ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R\$ 19.013.012 (R\$ 16.829.669 em 2024), estando suficiente em R\$ 15.386.241 (R\$ 13.440.384 em 2024), ou seja, 524,24% (496,56% em 2024).

11 Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	2025	2024
IRPJ	29.269	-
CSLL	12.557	27
ISS	3.349	4.982
Contribuições previdenciárias	21.747	19.011
FGTS	2.342	2.484
COFINS e PIS	22.554	38.152
IRRF - Funcionários	28.826	29.591
IRRF - Terceiros	3.830	4.272
ISSQN	9.916	25.569
Cont. prev. retidas de terceiros	1.704	1.432
Imposto único fonte	13.942	10.953
	<u>150.036</u>	<u>136.473</u>

12 Débitos diversos

Descrição	2025	2024
Fornecedores	173.963	238.760
Obrigações com pessoal	97.818	92.876
Outros débitos a pagar	1.277	600
	<u>273.058</u>	<u>332.236</u>

13 Passivos contingentes

A Empresa não possui processos em discussão até o encerramento do exercício.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Empresa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

14 Patrimônio líquido

a Capital social

Composto por 17.700.000 cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado. O prejuízo por cota em 2025 e 2024 é de R\$ 0,23.

b Lucros (prejuízos) acumulados

Refere-se ao saldo remanescente de lucros acumulados. Tem a finalidade de capitalização da Operadora para futuras destinações, conforme contrato social, legislação pertinente e deliberação dos cotistas.

15 Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos

Descrição	2025	2024
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados		
Consulta médica	(1.314.166)	(984.482)
Exames	(2.035.620)	(1.787.553)
Terapias	(555.044)	(974.732)
Internações	(8.886.491)	(7.819.614)
Outros atendimentos ambulatoriais	(3.774.240)	(3.527.351)
Demais despesas médico hospitalares	(2.437)	(935)
	<u>(16.567.998)</u>	<u>(15.094.667)</u>
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA		
Varição da PEONA	(436.516)	(942.070)
	<u>(436.516)</u>	<u>(942.070)</u>
	<u>(17.004.514)</u>	<u>(16.036.737)</u>

16 Dispêndios/ despesas administrativas

Descrição	2025	2024
Pessoal	(1.302.404)	(1.060.579)
Serviços de terceiros	(1.493.665)	(1.261.253)
Localização e funcionamento	(503.941)	(502.765)
Publicidade e propaganda	(136.592)	(117.767)
Tributos	(25.539)	(15.983)
Despesa com multa administrativa	-	(250)
Diversas	(51.103)	(45.269)
	<u>(3.513.244)</u>	<u>(3.003.866)</u>

17 Resultado financeiro líquido

Descrição	2025	2024
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.091.606	1.311.645
Juros recebidos	25.997	14.197
Outras receitas financeiras	36.666	7.240
	<u>2.154.269</u>	<u>1.333.082</u>
Dispêndios financeiros		
Despesas financeiras diversas	(16.896)	(14.985)
	<u>(16.896)</u>	<u>(14.985)</u>
	<u>2.137.373</u>	<u>1.318.097</u>

18 Transações com partes relacionadas

Nos exercícios de 2025 e 2024, não ocorreram transações com partes relacionadas.

19 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

19.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Empresa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Empresa não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2025 e de 2024.

19.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Empresa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Empresa não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

a.1 Risco de taxas de juros

A Empresa não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Empresa não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

a.2 Risco cambial

A Empresa não está exposta a riscos cambiais.

b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

<u>Descrição</u>	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Disponível		1.541.573	1.337.356
Aplicações financeiras	5	15.340.734	17.123.748
		<u>16.882.307</u>	<u>18.461.104</u>

c Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Empresa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Empresa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

19.3 Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa possui, aproximadamente, 72% (88% em 2024) do seu ativo total registrado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

20 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	2.083.628	(603.290)
Ajustes:		
Depreciações e amortizações	124.159	124.060
Variação das provisões técnicas	37.805	1.340.780
Provisão para perdas sobre créditos	13.464	(23.687)
Outros ajustes	-	11.166
	<u>2.259.056</u>	<u>849.029</u>
(Aumento) redução nos ativos:		
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(493.627)	(2.600.083)
Aplicações livres	2.263.889	(12.150.275)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(109.430)	(13.697)
Créditos tributários e previdenciários	(627.752)	(599.109)
Bens e títulos a receber	(321.329)	(38.156)
Despesas antecipadas	21.056	(5.982)
	<u>732.807</u>	<u>(15.407.302)</u>
Aumento (redução) de passivo		
Eventos/ sinistros a liquidar	358.606	453.313
Tributos e encargos sociais a recolher	13.563	57.260
Débitos diversos	(59.178)	116.117
	<u>312.991</u>	<u>626.690</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto	<u>3.304.854</u>	<u>(13.931.583)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto	<u>3.304.854</u>	<u>(13.931.583)</u>

21 Cobertura de seguro

A Administração da Empresa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Enidelcio de Jesus Sartori
Administrador

Aparecido Donizeti Agostinho
Administrador

Cristina A Félix Bueno
Contadora CRC 1SP 146902/O-2

Auditoria: Moore Prisma Auditores Independentes
CNPJ: 68.323.807/0001-07 – CRC 2SP 017256/O-3

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos Quotistas e Administradores da
Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.
Bauru-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

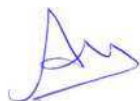
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 30 de janeiro de 2026.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Ricardo Aurélio Rissi
Contador - CRC 1SP137183/O-8